Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 16 a 20 de novembro, em Brasília.

AJUSTE FISCAL, REFORMA TRIBUTÁRIA & ESCALA 5 X 2

A conclusão da votação do PLP 299/2026 no Senado, prevista para terça-feira (17), será o principal teste imediato da articulação governista. Após aprovar o texto-base por 45 votos a 31, a Casa examinará quatro destaques da oposição. A proposta reduz benefícios tributários, restringe compensações, permite adiar parte dos repasses da Lei Kandir a Estados e amplia mecanismos de bloqueio de despesas. O Executivo estima melhora de até R$ 56,1 bilhões no resultado primário de 2027. A urgência, aprovada por apenas 40 votos a 38, evidenciou resistências ao ritmo de tramitação. Concluída a votação, o projeto seguirá à Câmara, onde o governo enfrentará novas negociações em torno das medidas de ajuste, que atrai duras críticas não apenas do setor produtivo e dos entes federados como também do próprio PT.

A Reforma Tributária também ganhará protagonismo político com duas audiências na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na terça (17) e quarta-feira (18). Os debates tratarão da proposta do Tribunal de Contas da União (TCU) de alíquota de referência de 11,3% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em 2027. A primeira audiência reunirá o presidente do TCU, Vital do Rêgo, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. Sob relatoria de Eduardo Braga (MDB/AM), a matéria deverá subsidiar a definição da alíquota pelo Senado até 15 de dezembro. A discussão também ocorre após o governador Tarcísio de Freitas (REP/SP) defender a possibilidade de adiar a reforma, citando incertezas regulatórias e riscos de elevação da carga tributária, em contraste com a posição do governo federal de manter o cronograma.

A transição para a escala 5 x 2 será outra frente de atenção. O Executivo trabalha com a publicação, nesta semana, do decreto que regulamentará a nova escala. Paralelamente, permanece em vigor a liminar do ministro Flávio Dino, do STF, nas ADIs 8041 e 8042, que preservou o início da transição em 16 de dezembro, com 42 horas semanais e duas folgas; autorizou, na ausência de acordo coletivo, jornadas de até 8 horas e 24 minutos, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos adicionais; e admitiu a distribuição das folgas por negociação coletiva. O pedido de destaque do ministro Luiz Fux interrompeu o julgamento virtual, que já tinha quatro votos favoráveis à decisão do relator, e transferiu a análise ao plenário físico do Supremo, ainda sem data definida.

A reforma do Código Civil volta à agenda do Senado na quarta-feira (18). Após meses sem reuniões, a comissão temporária responsável pelo PL 4/2025 discutirá o calendário de trabalho até o encerramento do ano legislativo. O encontro não prevê votação do mérito, mas deverá indicar o ritmo que os parlamentares pretendem imprimir à análise de uma proposta com repercussões sobre contratos, atividade empresarial e relações familiares.

Ainda nesta semana, Lula retoma as articulações para o quarto mandato, em meio à necessidade de conciliar compromissos de campanha e restrições fiscais. Para o Ministério da Fazenda, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e a permanência do atual titular, Dario Durigan, figuram entre as alternativas discutidas, enquanto o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), enfrenta resistências internas e perdeu espaço nas últimas semanas. As definições deverão anteceder uma rodada mais ampla de negociações com partidos do Centro, que reivindicam maior espaço na Esplanada em troca de apoio parlamentar. A composição da equipe econômica será um dos principais sinais sobre os rumos da política fiscal em 2027.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, neste domingo (15), da abertura da **49ª Reunião de Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático** (ASEAN), em Manila, nas Filipinas.

Na segunda-feira (16), reuniu-se com o primeiro-ministro da Espanha, **Pedro Sánchez**, em Madri, durante escala de retorno ao Brasil. A chegada a Brasília está prevista entre a noite de segunda e a madrugada de terça-feira (17).

Vice-Presidência da República

Agenda do presidente em exercício – **Geraldo Alckmin** visitou a **Sala de Monitoramento do Exame Nacional do Ensino Médio** (Enem), na sede do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília, acompanhado do ministro da Educação, **Leonardo Barchini**, e do presidente do instituto, **Manuel Palácios**.

Nesta segunda (16), reuniu-se com o presidente da Iveco, **Marcio Querichelli**, e o diretor de Relações Institucionais da empresa, **Eduardo Freitas**.

Após, encontrou-se com a secretária-executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, **Raimunda Nonata Monteiro**, acompanhado do secretário-executivo adjunto, **Lucas Ramalho**; da diretora de Fóruns Participativos, **Carla Carusi Dozzi**; e do chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos da Vice-Presidência, **Gustavo Guimarães**.

Pela tarde, reuniu-se com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, **Marcos Amaro**. Logo depois, recebeu a diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, **Jessika Moreira**, com participação de Magno de Souza Karl, do Livres; **Isadora Modesto**, do República.org; **Bruno Brandão**, da Transparência Internacional–Brasil; **Guilherme Franco da Silva**, do Centro de Liderança Pública; **Juliana Sakai**, da Transparência Brasil; **Maria Vitória Ramos**, da Fiquem Sabendo; e **Maíra Lima**, do Pacto de Combate às Desigualdades.

GSI
Gabinete de Segurança Institucional

Agenda internacional

- ✓ Santo Domingo (República Dominicana) – "*CyberWeek @LAC4 2026*".

AGU
Advocacia-Geral da União

Agenda do ministro – **Jorge Messias** participa, nesta terça (17), conferência magna de abertura do XVII **Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos** (Conadep), no Minascentro, em Belo Horizonte (MG).

Agenda internacional

- ✓ Nova York (EUA) – Participação no Public Sector Leaders Meeting e no Executive Forum no Data + AI World Tour NY.

MCTI
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** participará na terça (17) de Audiência Pública na Câmara dos Deputados em Comemoração dos 35 anos da Lei de TICs (Lei 8248/1991).

Agenda internacional

- ✓ Paris (França) – 2º Colóquio Internacional em Economia Solidária França-Brasil: "Economia solidária, bairros populares e movimentos sociais: práticas, políticas e pesquisas".

MCom
Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – Frederico Siqueira participará na terça (17) do evento *"Painel Telebrasil Perspectivas – do Brasil conectado ao Brasil Digital"* que reunirá lideranças do setor de telecomunicações para apresentar uma agenda estruturada capaz de levar o Brasil rumo à era digital.

Agenda internacional

- ✓ Cidade do Panamá (Panamá) – Conecta Latam Awards 2026 - Digital Transformation & Innovation Summit 2026.

MDIC
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Agenda do ministro – **Márcio Elias Rosa** cumpriu agenda, até o último domingo (15), em Manila (Filipinas), acompanhando o Presidente Lula em eventos da 49ª Cúpula da ASEAN, incluindo encontros bilaterais com os Primeiros-Ministros do Canadá e de Singapura.

Agenda internacional

- ✓ Frankfurt, Kariserslautern, Munique e Viena (Alemanha, Áustria) – Visita técnica prevista no Diálogo Digital UE-Brasil e Gaia-X Summit.

BNDES
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Agenda do presidente – **Aloizio Mercadante** cumpriu agenda nesta segunda-feira (16) em Madri (Espanha), integrando a comitiva oficial da Presidência da República, que se reuniu com o primeiro-ministro da Espanha, **Pedro Sánchez.**

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Dario Durigan** se reuniu, nesta segunda (16), com a presidente do Banco do Brasil, **Tarciana Medeiros.** Após, participou de café da manhã de encerramento da Operação Fronteira 2026. Também concedeu entrevista coletiva sobre os resultados da operação, com o secretário especial da Receita Federal, **Robinson Barreirinhas**.

À tarde, recebe a gerente de Advocacy da República.org, **Fernanda de Melo**; o ministro do Esporte, **Paulo Henrique Perna Cordeiro**; e a deputada federal **Marussa Boldrin** (REP/GO). Pela noite, participou, virtualmente, de encontro de confraternização com conselheiros e diretores técnicos da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

Na terça-feira (17), participa audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para debater o **cálculo da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços** (CBS) para 2027, com **Robinson Barreirinhas** e o presidente do Tribunal de Contas da União, **Vital do Rêgo Filho**.

Agenda internacional

- ✓ Antália (Turquia) – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31).

BACEN
Banco Central do Brasil

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 diminuiu para US$ 79,5 bilhões de resultado positivo.

	Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 5,11%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro apontaram leve recuo da estimativa de crescimento para 1,72%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 13,75%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026 aumentou para R$ 5,40.
BB Banco do Brasil	**Agenda do presidente** – **Tarciana Medeiros** cumpre, ao longo da semana, agenda internacional na Flórida, nos Estados Unidos para participar do *2026 Council of the Americas (COA) Symposium*, onde atuará como palestrante de destaque, e da 31ª edição do *BRAVO Business Awards*, em que receberá o Prêmio *BRAVO Legacy Award 2026*.
MJSP Ministério da Justiça e Segurança Pública	**Agenda do ministro** – **Wellington César Lima e Silva** participou, nesta segunda-feira (16), do "*1° Seminário Internacional do Projeto Pensando o Direito*", em Brasília.
ANPD Autoridade Nacional de Proteção de Dados	**Agenda do diretor** – **Iagê Zendron Miola** cumpre agenda em Sydney (Austrália), a partir desta sexta-feira (20), para participar do evento "Safer Online Futures: Simpósio de Segurança 2026 e da Reunião Anual da GOSRN".
MTE Ministério do Trabalho e Emprego	**Agenda do ministro** – **Luiz Marinho** participará, até quinta-feira (19), da Reunião Ordinária de Ministros e Altas Autoridades Laborais do Mercosul em Montevidéu (Uruguai).

Eventos Setoriais

Judiciário | Durante a semana ocorrerá o II Fórum de Buenos Aires, evento organizado pelo Ministro do STF Gilmar Mendes e que reunirá representantes do judiciário e do legislativo.

Poder Legislativo

O Plenário do Senado deve concluir nesta terça-feira (17) a votação do projeto de ajuste fiscal do governo (PLP 299/2026). A proposta permite ampliar o bloqueio de despesas e limitar, em determinadas condições, o crescimento dos gastos públicos acima da inflação. Também está na pauta o projeto que estabelece regras para garantir a segurança e a qualidade dos implantes cirúrgicos (PL 6.683/2025). De autoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), a proposta proíbe o uso de materiais de elevada toxicidade ou sem compatibilidade comprovada com o organismo. O Plenário da Câmara dos Deputados ainda não disponibilizou sua pauta deliberativa da semana.

Comissões

TRABALHISTA

Câmara | Plenário 03 | Quinta (19) | 9h

Jornada de Trabalho

Frente Parlamentar – A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) convida para o seminário "Consequências da Nova Jornada de Trabalho", que promoverá um importante debate sobre os impactos das mudanças na jornada de trabalho para o setor produtivo, os trabalhadores e a economia brasileira. Palestrantes já confirmados:

- Brunno Contarato - CNT (Confederação Nacional de Transportes)
- Vander Giordano – ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers);
- Thiago do Val – IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração);
- Thiago Meireles – FAESP (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SP);
- Dr. Arcuri– GFB (Grupo FarmaBrasil);
- Fernando de Paula – ANR (Associação Nacional de Restaurantes);
- Luis Gustavo Hartmann – Viva Lácteos;
- Juliano Noman - ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas);
- Ingrid Devistate - IFP (Instituto Foodservice Brasil);
- Marco Antônio Guimarães - FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná).

TECNOLOGIA

Câmara | CCTCI | Terça (17) | 9h30

TICs

Audiência Pública - a comissão realizará debate para comemora os 35 anos da Lei 8.248/1991 (Lei de TICs), com os seguintes convidados confirmados:

- Luciana Santos - Ministra de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Leonardo Boselli da Motta - Coordenador-Geral do Complexo Eletroeletrônico e de Semicondutores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic);
- Rosilda Prates - Presidente Executiva e Diretora Executiva da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D Brasil);
- Humberto Barbato - Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)
- Rogério Nunes - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi);
- Márcio Bosio - Diretor Institucional da Associação Brasileira das Instituições de Dispositivos Médicos (Abimo);
- Diego Silva Menezes - Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti);
- Marcos Marques - Presidente da Associação Brasileira de Consultorias de Fomento à Inovação (AC Inova).

ECONOMIA

Senado | CAE | Terça (17) | 10h

Reforma Tributária

Audiência Pública - o encontro debaterá o cálculo da alíquota da CBS para 2027 e contará com a presença do Ministro da Fazenda, do Secretário da Receita Federal e do Presidente do TCU.

Política

Lula começa a montar novo ministério nesta semana, diz Alckmin O presidente Lula (PT) deve começar nesta semana a definir os ministros do seu quarto mandato, que terá início em 5 de janeiro de 2027. Segundo o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), as decisões serão tomadas após o retorno do petista de sua primeira viagem internacional desde a reeleição. Alckmin falou sobre o assunto no domingo (15), durante visita ao Inep, em Brasília, no segundo dia do Enem. Questionado sobre seu futuro no governo, desconversou: "Existem dois ansiosos na vida: políticos e jornalistas". Fonte: Congresso em Foco.

Fim da escala 6x1: governo deve publicar nesta semana decreto com regulamentação. O governo deve publicar nesta semana o decreto que regulamenta o fim da escala 6x1, seguindo a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do STF, que determina a transição para a escala 5x2 a partir de 16 de dezembro, com jornada reduzida de 44 para 42 horas semanais. A liminar estabelece que não haverá alteração salarial e permite a compensação das folgas em prazos flexíveis, além da adoção de escalas diferenciadas conforme a função. O decreto trará tabelas para cálculo da hora trabalhada e permitirá que acordos coletivos sejam firmados por confederações, federações e sindicatos, restringindo a renegociação apenas às cláusulas de jornada e escala. Técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego e da Casa Civil finalizam os ajustes, e o presidente Lula deve assinar o decreto em evento no Planalto. No STF, o julgamento da liminar foi interrompido por pedido de destaque do ministro Luiz Fux, transferindo a análise para sessão presencial, o que anula os votos anteriores. A liminar permanece válida até nova decisão, mantendo o início da nova escala em 16 de dezembro. A Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional da Indústria contestam a decisão, alegando dificuldades para reorganização das escalas e renegociação dos contratos. Fonte: O Globo.

Câmara pede que STF barre decisão de Flávio Dino sobre escala 6x1. A Câmara dos Deputados solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que rejeite parte das alterações determinadas pelo ministro Flávio Dino nas regras de implementação da Emenda Constitucional 141/2026, que prevê a redução gradual da jornada de trabalho e dois dias de repouso semanal remunerado. A Advocacia da Câmara argumenta que a decisão cautelar modificou escolhas feitas pelo Congresso e defende a preservação integral da emenda. Entre os pontos contestados estão a possibilidade de jornada diária de até 8h24 sem instrumento coletivo, a ausência de limites temporais para compensação dos dias de repouso e prazos para regulamentação, além da extensão das regras a empresas estatais em regime concorrencial e a adaptação dos contratos administrativos. A Câmara ressalta que a emenda é compatível com a Constituição de 1988 e deve ser mantida em sua totalidade. Contudo, concorda com a manutenção do calendário de redução da jornada, que a partir de 16 de dezembro passa a vigorar com jornada semanal de 42 horas e dois dias de repouso remunerado. O tema está sendo analisado no STF por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade apresentadas pela Confederação Nacional do Comércio e pela Confederação Nacional da Indústria. Fonte: Congresso em Foco.

PT defende voto em lista na reforma eleitoral. O Partido dos Trabalhadores (PT) defende a adoção do voto em lista na reforma eleitoral em debate no Brasil. A proposta visa modificar o sistema atual de votação para fortalecer a representação partidária e reduzir a influência de candidaturas individuais. O PT argumenta que o voto em lista pode contribuir para maior transparência e organização dos partidos políticos, além de facilitar a eleição de parlamentares alinhados às diretrizes partidárias. A discussão faz parte do processo legislativo que

busca aprimorar o sistema eleitoral brasileiro, com foco em garantir maior legitimidade e eficiência na escolha dos representantes. O tema está sendo analisado no contexto das reformas políticas em curso no país. Fonte: Poder360.

Centrão pede ministérios com maior orçamento, enquanto governo busca mais poder sobre emendas parlamentares. A montagem da equipe ministerial do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) envolve uma queda de braço entre governo e Centrão sobre capacidade de investimentos e domínio do orçamento. De um lado, partidos como PSD, MDB, Republicanos e a federação União-PP buscam espaço em pastas com maior verba, após reclamações no atual mandato. De outro, o presidente do PT, Edinho Silva, escalado para azeitar a relação com outros partidos, tenta um acordo de difícil aceitação no Legislativo: reduzir o poder dos parlamentares sobre o orçamento. O governo deseja retomar o protagonismo que o Poder Executivo já teve sobre a destinação das emendas parlamentares. A principal mudança almejada é fortalecer as emendas RP2, de responsabilidade de gestão dos ministérios. O controle desse instrumento pelas pastas daria mais poder ao governo para fidelizar o apoio dos parlamentares, que dependem de acordos com ministros para o envio desses recursos para projetos em suas bases. Fonte: O Globo.

Em reunião com Motta, ministro pede rapidez na votação de destaques do PLP do ajuste fiscal. O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, pediu, em reunião na sexta-feira (13), ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), rapidez na votação do projeto de ajuste fiscal do governo. Motta relatou em publicação no Instagram que o encontro contou também com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o líder do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC). Segundo Motta, Guimarães agradeceu ao Senado pela votação do projeto. Os participantes também combinaram retomar a discussão de outras pautas após o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de viagem. O Senado aprovou ontem o texto-base do PLP 299/2026, por 45 votos a 31. Antes de seguir para a Câmara, a proposta ainda precisa passar pela votação de quatro destaques, prevista para terça-feira (17). O governo estima que as medidas melhorem o resultado primário de 2027 em R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões. Fonte: Valor Econômico.

Projeto fiscal: Setor produtivo ainda vai tentar barrar limite a compensações tributárias no Senado. O setor produtivo não se viu atendido pela mudança feita no relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) no dispositivo referente à limitação das compensações de créditos tributários, conforme previsto no texto-base do projeto de lei complementar (PLP) do ajuste fiscal aprovado ontem pelo Senado. Como a votação dos destaques (sugestões de mudanças no texto principal) ficou pendente para a próxima semana, o setor produtivo vai tentar emplacar a derrubada dessa medida. Pelo projeto de ajuste fiscal apresentado pelo governo, ao fazer uma contenção adicional de gastos no Orçamento para perseguir o centro da meta, o governo ficará autorizado a limitar o uso de compensações tributárias - mecanismo pelo qual as empresas quitam tributos com créditos que têm a receber da Receita Federal. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Lula quer salto industrial e retirada do rótulo de país em desenvolvimento no quarto mandato. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou no domingo (15) que terá como foco do quarto mandato um salto industrial e tecnológico no Brasil, fazendo com que o país deixe de ser uma nação "eternamente em desenvolvimento" e se transforme em uma nação desenvolvida. Em discurso em Manila, nas Filipinas, Lula disse que o país deve deixar de exportar matérias-primas para vender conhecimento e inteligência. O presidente participou da cúpula regional e de uma visita de Estado a convite do presidente do país asiático, Ferdinand Marcos Jr. Fonte: Jornal do Comércio.

Economia

Cresce pressão para adiamento do início efetivo da reforma tributária para 2028. A dois meses da substituição dos tributos federais PIS e Cofins pela nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a pressão pelo adiamento do início efetivo da reforma tributária do consumo se intensificou na última semana. O movimento, entretanto, divide opiniões e depende de mudanças a serem aprovadas pelo Congresso Nacional. O pedido de adiamento começou a tomar corpo no início deste mês, quando entidades tributárias, como a Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), divulgaram uma carta aberta defendendo a prorrogação do início do novo regime fiscal para 2028. No dia seguinte, foi a vez do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de suas 27 seccionais. Na semana passada, mais de 70 entidades representativas da indústria, como as federações da indústria do Rio de Janeiro (Firjan) e de Minas Gerais (Fiemg), também se uniram para pedir a medida. Fonte: O Estado de S. Paulo.

CBS: Durigan vai ao Senado sob pressão por alíquota e novas regras. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, vai ao Senado nesta terça-feira (17) em meio a pressões para reduzir a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e rever sua implementação em 2027. A indústria contesta o percentual de 11,3% calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto entidades empresariais e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) cobram mais tempo para a adaptação ao novo tributo. Durigan participará, às 10h, de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao lado do presidente do TCU, Vital do Rêgo, e do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. A CBS substituirá o PIS e a Cofins a partir de janeiro. Fonte: Congresso em Foco.

Judiciário

Implementação das regras de transição da Emenda Constitucional da escala 5 x 2 | O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu destaque e transferiu para o Plenário físico da Corte o julgamento do referendo das medidas cautelares deferidas parcialmente pelo relator ministro Flávio Dino nas ADIs 8041 (CNC) e 8042 (CNI), que discutem as regras de transição da Emenda Constitucional (EC) n° 141/2026 sobre a redução gradual da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais e dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução salarial. A análise do referendo das medidas cautelares havia se iniciado no Plenário virtual do Tribunal e contava com quatro votos favoráveis à confirmação da decisão liminar concedida pelo ministro Flávio Dino, incluindo o voto do próprio relator, além dos votos dos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Com o destaque do ministro Fux, a votação será reiniciada, sem aproveitamento dos votos já registrados. Caberá ao presidente do STF, Edson Fachin, definir a data da sessão plenária presencial, cuja realização deverá ser priorizada diante da proximidade do início da transição das novas regras trabalhistas, previsto para 16 de dezembro de 2026. A liminar do relator Dino, que permanece em vigor até nova deliberação do colegiado, deferiu parcialmente os pedidos cautelares da CNC e da CNI e estabeleceu parâmetros para a implementação da nova jornada, definindo, dentre outros pontos, que, na etapa intermediária de 42 horas semanais, na ausência de negociação coletiva até 15 de dezembro de 2026, será possível distribuir a jornada em cinco dias de até 8 horas e 24 minutos, sem adicional de horas extras sobre os 24 minutos excedentes à oitava hora. Também fixou prazo excepcional de 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para renegociação das contrapartidas previstas em acordos e convenções coletivas vigentes, vedando sua extinção ou alteração unilateral apenas pela ausência de novo pacto. O pedido de destaque não suspende os efeitos da liminar. Da mesma forma, permanece previsto o início da etapa intermediária em 16 de dezembro de 2026, com redução da jornada máxima de 44 para 42 horas semanais e garantia de dois dias de repouso semanal remunerado, com manutenção salarial. A jornada de 40 horas semanais está prevista para dezembro de 2027.

Reforma Trabalhista e a indicação do valor dos pedidos na petição inicial | O Plenário físico do STF pautou, para esta quarta-feira (18), o julgamento da ADI 6002, ajuizada pelo Conselho Federal da OAB (CFOAB), acerca da constitucionalidade da exigência de que os pedidos formulados em reclamações trabalhistas sejam certos, determinados e acompanhados da indicação de seus valores, conforme previsto no art. 840, §§ 1º e 3º, da CLT, com redação dada pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Na ADI sob a relatoria do ministro Cristiano Zanin, o Conselho Federal da OAB sustenta que a exigência pode restringir o acesso à Justiça, uma vez que o trabalhador nem sempre dispõe, no momento do ajuizamento da ação, dos documentos e das informações necessários à apuração precisa dos valores devidos. A entidade também questiona a extinção do processo sem resolução do mérito quando os requisitos não são observados e pede, subsidiariamente, que sejam afastadas interpretações que impeçam a apresentação de pedidos genéricos quando não for possível quantificar previamente os valores ou que não admitam a emenda da petição inicial. O julgamento teve início em outubro de 2025, com a apresentação do relatório e do voto do ministro Cristiano Zanin, após as sustentações orais dos representantes da OAB, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, da CNT, da CNI, da CUT e do Congresso Nacional. Na ocasião, o ministro Flávio Dino pediu destaque, transferindo a análise para o Plenário presencial. O debate envolve o acesso à Justiça do Trabalho e a possibilidade de apresentação de estimativas quando não for viável apurar previamente o valor exato da pretensão deduzida na ação.

Liberdade de Imprensa e limites da responsabilidade civil | O Plenário físico do STF retoma, nesta quarta-feira (18), o julgamento da Reclamação (Rcl) 78354 (Rádio e Televisão Iguaçu S.A.), de relatoria do ministro Edson Fachin. A emissora questiona acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que manteve sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais em razão de reportagem sobre um policial militar preso preventivamente. O TJPR entendeu que a cobertura jornalística extrapolou o direito à informação, ao expor o autor de forma humilhante e atribuir-lhe a prática de crimes ainda não comprovados judicialmente, configurando abuso de direito e violação à honra e à imagem. A emissora sustenta que a condenação contraria o entendimento do STF na ADPF 130 e nas ADIs 6792 e 7055, que tratam da liberdade de imprensa e dos parâmetros para a responsabilização civil de jornalistas e veículos de comunicação. Argumenta que a divulgação de informações verdadeiras e de críticas relacionadas a assunto de interesse público não deve gerar indenização, salvo nas hipóteses de dolo ou culpa grave. A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se pela procedência da reclamação. O TJPR, por sua vez, defende que a condenação decorreu dos excessos identificados no conteúdo da reportagem, especialmente pela utilização de expressões ofensivas e pela antecipação de juízo sobre a autoria dos crimes. O Tribunal também apontou possível inadmissibilidade da reclamação, diante da pendência de julgamento de embargos de declaração na origem.

Cenário Internacional

EUA colocam o Brasil na lista de países com restrições para importar chips de IA. O governo de Donald Trump divulgou nesta segunda-feira (16) uma norma que estabelece novas restrições à exportação de chips avançados de inteligência artificial (IA) para data centers instalados fora dos Estados Unidos. A medida busca impedir que empresas chinesas usem estruturas em outros países para ter acesso a esses componentes e treinar seus próprios modelos de IA. A norma também coloca o Brasil na lista de países sujeitos às novas exigências, ao lado de Cingapura, Tailândia, Malásia e Indonésia. Com isso, o envio de determinados chips avançados dos Estados Unidos para esses destinos passa a depender de autorização do governo americano. Na prática, a preocupação dos Estados Unidos é evitar que empresas chinesas contornem as restrições impostas a Pequim. Mesmo sem importar chips diretamente, essas companhias podem contratar serviços de

computação em data centers instalados em outros países. Assim, conseguem usar equipamentos avançados para desenvolver e treinar sistemas de inteligência artificial. Fonte: Convergência Digital.

Brasil vai solicitar abertura de painel na OMC contra tarifaço dos EUA, após falta de acordo. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai solicitar a abertura de um painel no Órgão de Solução de Controvérsias, da Organização Mundial do Comércio (OMC), em relação ao tarifaço dos Estados Unidos a produtos brasileiros, apurou o Valor. Segundo fontes, a decisão se dá porque não houve resposta satisfatória do lado americano na fase de consultas entre as duas partes. Na prática, esse painel funciona como um grupo composto por três especialistas independentes em comércio internacional que irão analisar os fatos, ouvir os países e julgar a disputa comercial. Ou seja, como não houve acordo na fase das consultas, o debate será definido por um colegiado. Ao final, eles emitem um relatório alegando se há a violação, ou não, das regras estabelecidas pelo organismo multilateral. Fonte: Valor Econômico.

Itália multa Meta em US$ 887 milhões por acesso a dados de usuários do Android. A agência italiana de proteção de dados informou neste sábado que multou a Meta em 805 milhões de euros (US$ 887 milhões) após constatar que a empresa acessou fotos e vídeos de usuários do Android sem obter sua autorização nem informá-los. A Meta tinha acesso às fotos e vídeos dos usuários do Android por meio de um recurso do aplicativo do Facebook que sugeria conteúdos das galerias pessoais dos usuários para que eles pudessem postar, informou a autoridade em um comunicado. A Meta não estava disponível para comentar imediatamente. A investigação, que teve início em 2025, não abrangeu o possível uso do conteúdo para treinar modelos de inteligência artificial, uma prática que a Meta negou, informou a autoridade. Fonte: Valor Econômico.

Último Foco

Microsoft afirma que serviços foram totalmente restaurados após interrupção global. A Microsoft informou neste sábado, 14, que os serviços foram totalmente restabelecidos após uma grande interrupção global que afetou a empresa. “Concluímos nossos esforços para resolver o problema subjacente ao incidente e restabelecemos o serviço para os clientes e regiões afetados”, disse a companhia em uma atualização no X. Usuários relataram interrupções nos serviços do Microsoft 365, incluindo Outlook, Teams e o assistente de IA Copilot. O Downdetector, um serviço online de monitoramento de serviços, informou ter recebido relatos de interrupções de usuários em mais de 70 países e territórios. A interrupção afetou governos, tribunais, serviços de saúde, empresas, companhias aéreas e bancos em muitos lugares. Governos, incluindo os do Japão, Singapura e Austrália, relataram que o episódio, que durou horas, impactou algumas de suas operações. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Data centers devem atrair R$ 1 tri até 2036 e estimular térmicas no Brasil. A combinação entre alta demanda de processamento de dados pela inteligência artificial (IA), incentivos fiscais e a oferta de energia renovável tem o potencial de atrair para o Brasil até R$ 1 trilhão em investimentos em data centers nos próximos dez anos. A estimativa é da Associação Brasileira de Data Center (ABDC), que avaliou o impacto das desonerações para o setor previstas no programa federal Redata. No entanto, especialistas afirmam que a atração de projetos desse tipo deve estimular também novos empreendimentos de geração de energia, particularmente termelétricas movidas a gás natural. Embora as fontes renováveis devam ter papel importante no atendimento à demanda energética desses grandes galpões recheados de servidores, especialistas e técnicos do governo apontam a necessidade de reforçar o sistema elétrico para dar estabilidade a esse fornecimento. Isso porque termelétricas podem funcionar continuamente, preenchendo lacunas deixadas, por exemplo, pelas gerações eólica e solar, que são sujeitas ao clima. Fonte: O Globo

Governo abre espaço para emendas parlamentares bancarem projetos de supercomputação e semicondutores. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) incluiu a ampliação da infraestrutura nacional de supercomputação, o desenvolvimento de semicondutores e o fortalecimento de laboratórios tecnológicos entre os projetos que poderão receber recursos de emendas parlamentares em 2027. A medida abre uma nova possibilidade de financiamento para áreas consideradas estratégicas à autonomia tecnológica brasileira, mas também coloca parte desses investimentos sob influência das escolhas orçamentárias do Congresso Nacional. A decisão consta da Portaria MCTI nº 10.606/2026, publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (16). Assinada pela ministra Luciana Santos, a norma estabelece os projetos elegíveis a emendas individuais de deputados e senadores (RP6), emendas de bancadas estaduais (RP7) e emendas de comissões parlamentares (RP8). Um fato curioso: a nova portaria foi datada para o dia 12 de dezembro de 2026, para daqui a um mês. Fonte: Convergência Digital

Governo adota sistema de autoavaliação do impacto ético em Inteligência Artificial. Sistema Autoavaliação de Impacto Ético em Inteligência Artificial (AIE), agora em versão web, já está disponível para todos os mais de 250 órgãos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). O objetivo da inciativa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que contou com consultoria do Banco Mundial, é possibilitar a identificação de riscos, a avaliação de práticas éticas e de governança, e orientar sobre medidas de melhoria relacionadas ao desenvolvimento e ao uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA). “Esse novo sistema, que faz parte das ações do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), representa uma evolução de um instrumento já existente, que estava disponível somente off-line. A partir de agora, a autoavaliação já está disponível em ambiente web e integrado a uma agenda mais ampla de governança responsável de inteligência artificial, promovendo o uso ético da tecnologia no setor público”, afirmou o secretário adjunto de Governo Digital, Guilherme Almeida de Almeida. Segundo Almeida, o Sistema AIE não funciona apenas como um instrumento de diagnóstico. “Ele busca apoiar um ciclo de melhoria, no qual a organização identifica riscos, analisa suas práticas e recebe orientações para fortalecer a governança do sistema avaliado”, complementou. Fonte: Convergência Digital

Big Techs se mobilizam contra votação do PL dos mercados digitais e reclamam insegurança jurídica. A Associação Latino-Americana de Internet (ALAI) fez um comunicado ao mercado criticando o que entende ser uma falta de critérios claros para definir quais empresas poderão ser submetidas às regras previstas no substitutivo do Projeto de Lei (PL) 4.675/2025, que trata da regulação concorrencial dos mercados digitais. A associação representa os interesses de algumas das principais big techs do mundo na região. Entre os membros associados estão, por exemplo, Amazon, Discord, Google, Mercado Livre, Meta, TikTok e X (ex-Twitter). Em uma nova análise do substitutivo, a ALAI aponta que a ausência de parâmetros objetivos para o enquadramento das plataformas pode gerar “insegurança jurídica”. Segundo a entidade, deixar essas definições para avaliações caso a caso pode prejudicar o planejamento das empresas e comprometer decisões de investimento e expansão no Brasil. Fonte: Convergência Digital

Receita Federal publica primeiro código-fonte aberto no GitHub e amplia transparência da Reforma Tributária. A Receita Federal deu mais um passo na implementação da Reforma Tributária do Consumo ao autorizar a publicação do código-fonte da Calculadora de Tributos em repositórios públicos no GitHub, que é uma plataforma de hospedagem de código-fonte e arquivos. A medida foi formalizada pela Portaria Cotec nº 342, de 12 de novembro de 2026, publicada no Diário Oficial da União. Pela primeira vez, a Receita Federal apresentou oficialmente um projeto de software em ambiente público de desenvolvimento colaborativo, adotando a licença MIT, uma das mais utilizadas no mundo para código aberto. A iniciativa fortalece a transparência, a segurança jurídica e a previsibilidade na implementação dos novos tributos sobre o consumo. Fonte: ASCOM MF.